

O PENSAMENTO EM PROCESSO DE GUERREIRO RAMOS E AS MÚLTIPLAS FORMULAÇÕES SOBRE “O PROBLEMA DO NEGRO NO BRASIL”

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Negro sou: A questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)*. Alberto Guerreiro Ramos (Organização: Muryatan S. Barbosa). Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 319 p.

A antologia *Negro Sou*, organizada por Muryatan S. Barbosa, insere-se em um movimento mais amplo de resgate e sistematização da contribuição de intelectuais negros(as) para as ciências sociais brasileiras,¹ que tem sido fundamental para a divulgação de textos seminais e pouco conhecidos desses(as) autores(as), favorecendo a renovação do debate e ampliação dos repertórios nesse campo intelectual.

Nesta obra, Barbosa compila os mais importantes textos de Alberto Guerreiro Ramos sobre a questão

étnico-racial, pensada em sua relação imanente e central com os atributos e dilemas da formação social brasileira. A disposição dos textos em ordem cronológica – antecedida por uma instigante apresentação – permite abordar diacronicamente o papel e os sentidos assumidos por essa questão na arquitetura teórica e política de Guerreiro Ramos. Nesse sentido, a leitura da obra nos coloca diante de um “pensamento em processo”, em constante reformulação, com base nas experiências vivenciadas por Guerreiro, sobretudo a partir de sua aproximação com o Teatro Experimental do Negro (TEN) no final dos anos 1940. Por outro lado, a disposição adotada conduz a um conjunto bastante heterogêneo de textos, desde ensaios clássicos do

1 Lélia González, *Por um feminismo afro-latino-americano*, Rio de Janeiro: Zahar, 2020; Alex Ratts, *Eu sou Atlântica*, São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza, 2007; Mário Augusto Medeiros da Silva, “Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930”, *Revista USP*, n. 133 (2022), pp. 47–62, [DOI](#); Érika Mesquita, “Clóvis Moura e a sociologia da práxis”, *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 3 (2003), pp. 557-577.

autor até artigos de jornal dirigido, textos publicados no *Quilombo* – por Abdias Nascimento e vinculado ao TEN –, pronunciamentos, entrevista, entre outros – o que exige do(a) leitor(a) certo esforço de contextualização. As referências e fontes consultadas são apresentadas ao final do volume.

A compilação deixa de fora os textos anteriores a 1949, que precedem o vínculo de Guerreiro Ramos ao TEN, nos quais o autor tende tanto a secundarizar a questão racial como a elogiar a sociologia americana,² duramente criticada posteriormente. A exclusão desses textos é justificada em uma antologia que compila os trabalhos que iniciam uma trajetória biográfica e intelectual em três gestos: a) de autoafirmação pessoal como negro; b) de crítica ao “problema do negro”; e c) de defesa de uma sociologia nacional. Antes disso, podemos afirmar, não havia propriamente a questão étnico-racial para Ramos, denegada para pensar a si mesmo,

para pensar o Brasil e para pensar as ciências humanas aqui produzidas. Buscaremos destacar esses três gestos interdependentes e, paralelamente, sugerir caminhos de pesquisa suscitados pela antologia.

A importância do TEN e de Abdias Nascimento, assim como de outros intelectuais negros, atravessa toda a antologia. Nas palavras de Ramos, “O TEN me deu uma oportunidade de viver o problema do negro, em vez de ler ou escrever coisas doutorais sobre ele” (“Uma redefinição do problema do negro”, de 1953, p. 132). Em outro texto, o TEN é descrito como “*alma mater* de um amplo movimento de renovação artística e social, além da contribuição decisiva a que se deve a reorientação dos chamados estudos sobre o negro, em nosso país” (“Semana do negro de 1955”, de 1955, p. 212). Reconhecimento que chega ao incontornável “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”, de 1955, no qual se lê que “O Teatro Experimental do Negro e a literatura científica por ele suscitada vêm tentando criar uma consciência” da “contradição entre as ideias e os fatos de nossas relações de raça” (p. 226), sem adentrarmos nas elegias ao trabalho artístico de Abdias Nascimento nos

2 Marcos Chor Maio, “Guerreiro Ramos interpela a Unesco: ciência sociais, militância e antirracismo”, *Caderno CRH*, v. 28, n. 73 (2015), pp. 77-89, [DOI](#); Ricardo Ramos Shiota, “Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil”, *Temáticas*, v. 22, n. 43 (2014), pp. 73-102, [DOI](#).

textos de 1971 (“O mundo tribal de Abdias Nascimento”) e de 1973 (“A fé artística de Abdias Nascimento”), também incluídos na antologia.

Se “o evento badiouiiano é uma ruptura na ordem do ser”³, ao menos no que se refere à existência de Alberto Guerreiro Ramos e, com ele, ao estudo das relações étnico-raciais no Brasil, o TEN, sem a menor dúvida, configura um evento. A (auto) afirmação da “experiência do *niger sum*” (p. 181) é impensável, em Guerreiro Ramos, sem o experimento liderado por Abdias Nascimento e sem o “verdadeiro laboratório de sociologia experimental” (“Sociologia clínica de um baiano ‘claro’”, de 1953, p. 119) que foi organizar, como iniciativa do TEN, o I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950 no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Os textos apresentados na coletânea constituem importantes registros desse Congresso, que permitem repensar a sua influência sobre toda uma geração de intelectuais naquele período e até mesmo sobre a agenda de pesquisa das ciências sociais no Brasil. Em “Notícia sobre

o I Congresso do Negro Brasileiro” (1950), Ramos (p. 87-88) argumenta que, apesar de outros encontros sobre “assuntos negros” já terem sido realizados no país – em referência às duas edições do Congresso Afro-Brasileiro (1934 e 1937) –, este foi o primeiro organizado “por negros” e “para negros”, o que se expressa tanto pelas discussões abordadas – que focalizam o “aspecto dinâmico do problema do negro” – quanto pelo seu caráter prático, visando à intervenção e consequente transformação da realidade social.⁴ Sua ênfase nos objetivos políticos do Congresso não invalida, porém, a orientação científica do mesmo, fundamentada em estudos sociológicos e antropológicos sobre a questão racial e manifesta numa concepção “aplicada” das ciências sociais.

Vale destacar também como ideias fundamentais encontradas no pensamento de Guerreiro Ramos são provenientes das trocas intelectuais naquele Congresso e em outros

3 Slavoj Žižek, *Menos que nada. Hegel e a sombra do materialismo dialético*, São Paulo: Boitempo, 2013, p. 34.

4 Em “Senhores e escravos no Brasil” (1950), Ramos (p. 97) questiona: “se os estudos sobre negros fossem realizados preponderantemente por negros, não teriam eles assumido um outro caráter?” – questionamento a ser enfrentado, segundo ele, por meio dos recursos da sociologia do conhecimento.

espaços do meio negro, a exemplo da proposta de afirmar uma “estética da negritude”, a necessidade de “reeducar o branco” para a convivência democrática com os homens de cor, bem como a ideia de tornar o “branco” brasileiro objeto da investigação científica, expressa na irônica sugestão de realização de um “Congresso sobre o Branco Brasileiro” (pp. 107-108).⁵ As referências ao Congresso contribuem, por fim, para a reconstrução do diálogo entre intelectuais negros e sociólogos acadêmicos que se estreitou no final dos anos 1940, muito favorecido pela atuação do TEN e de seu jornal *Quilombo*, e que tem sido retomado como agenda de pesquisa mais recente do pensamento social brasileiro.⁶

5 Em “Um herói da negritude” (1952), Ramos (pp. 107-108) afirma que essas propostas foram sugeridas respectivamente por Ironides Rodrigues, Aginaldo Camargo e Fernando Góes.

6 Mário Augusto Medeiros da Silva, “Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930”, *Revista USP*, n. 133 (2022), pp. 47–62, [DOI](#). Cumpre destacar a este respeito as menções às pesquisas de Roger Bastide, Oracy Nogueira e Amaury Porto de Oliveira, apresentadas durante aquele Congresso, e que, juntas, permitiam questionar a interpretação idílica da escravidão no Brasil e os estereótipos raciais do “senhor bom” e do “negro submisso”, focalizando as tensões raciais vigentes no passado e presente da sociedade brasileira.

Elaborada a partir das vivências no âmbito do TEN, a experiência do *niger sum* é, reiteramos, tanto individual como base para um projeto de sociologia e de nação. Assim é que, em “O problema do negro na sociologia brasileira” (1954), Ramos afirmará:

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal – eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil (p. 181, grifo do autor).

Lido no espaço da antologia, tal parágrafo, que Barbosa transcreve parcialmente na epígrafe da obra, pode ser desdobrado em toda a sua riqueza. Destaca-se, em um primeiro plano, a percepção e a afirmação de uma negritude brasileira que tanto precede como dialoga com a *négritude* dos poetas francófonos (David Diop,

Há também diversas referências à pesquisa Unesco sobre relações raciais no Brasil e um constante esforço em afirmar o caráter científico daquele Congresso, bem como do próprio TEN, apresentado como “experimento psicossociológico” (“O negro no Brasil e um exame de consciência”, pp. 47-48).

Leópolo Senghor, Aimé Césaire, entre outros). Precede porque Ramos considera que “Luiz Gama antecipou os movimentos revolucionários atuais, como o Teatro Experimental do Negro e o da negritude dos intelectuais de formação francesa” (“O negro desde dentro”, de 1954, p. 201). Dialoga porque, diferente de mera imitação, a “tese da negritude” (p. 108) concretizada no TEN enraíza-se nas particularidades vividas por negras e negros no Brasil.

Tal afirmação de uma negritude brasileira, contra toda sugestão de que se trata de um antirracismo que continua a se pensar em termos de raça, ou a aporia patética do racismo às avessas – já enunciado, naquele contexto, por Costa Pinto –,⁷ é pensado em dois principais sentidos. Primeiramente, como “uma verdadeira terapêutica espiritual” (p. 106), individual e coletiva, para sociedades de passado colonial e escravocrata, que viveram e vivem as patologias oriundas da adoção (heterônoma) de padrões estéticos e éticos exógenos (europeus

e norte-americanos). Terapêutica para negras e negros – “a liberação do medo e da vergonha de proclamar sua condição racial” (p. 106). Terapêutica que visa, igual e principalmente, conforme as palavras que Ramos recupera de Aguinaldo Camargo, “reeducar o branco”, no sentido de adestrá-lo para a convivência democrática com os homens de cor, de minar e desfazer os seus estereótipos e sua ideologia racial discriminativa, que se manifesta até em seu comportamento inconsciente...” (“Um herói da negritude”, de 1952, p. 107). Em segundo lugar, e consequentemente, essa negritude emergente entre os povos outrora colonizados é pensada como movimento necessário para uma efetiva síntese entre particularidade e universalismo, ou melhor, no sentido de “constituir personalidades culturais diferenciadas no nível da universalidade” (“A consciência crítica da realidade nacional”, de 1958, p. 287).⁸ A negritude é,

7 Marcos Chor Maio, “Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais”, *Dados*, v. 40, n. 1 (1997), pp. 127-162.

8 Aqui é possível traçar estreitas afinidades entre Ramos e Frantz Fanon, dado que ambos se opõem a todo tribalismo, saudismo e particularismo na afirmação da negritude, interessados sempre em como pensar a afirmação negra e anticolonial da perspectiva de um novo universalismo. Nesse sentido, é notável o ensaio de 1971 sobre Abdias Nascimento, que,

para Ramos, a “rebelião estética” que precede a “rebelião total dos povos de cor para se tornarem sujeitos de seu próprio destino” (“O negro desde dentro”, de 1954, p. 204).

A essa (auto) afirmação peculiar de uma negritude individual e coletiva, pessoal e brasileira, Muryatan Barbosa chama há algum tempo de “personalismo negro”⁹, cujas fontes igualmente existencialistas são explícitas, dado que personalizar-se, para um indivíduo ou para um povo, é apropriar-se da (própria) história, “historização” (p. 282), (auto)consciência crítica da própria liberdade e projeto de autenticidade, é deixar de ser “matéria bruta do acontecer” (“A consciência crítica da realidade nacional”, de 1958,

em suas pinturas, “traz os motivos e temas negros para a corrente principal dos ideais humanistas do século XX” (p. 290). Em outro texto, “O problema do negro na sociologia brasileira”, de 1954, a crítica de Ramos ao uso do conceito de “aculturação” (p. 179) e à distinção, pela antropologia norte-americana, entre raça e cultura (p. 180) pode ser produtivamente pensada em conjunto com o ensaio “Racismo e cultura”, texto de Frantz Fanon apresentado e publicado em 1956, conforme sugerido por Ricardo Ramos Shiota, “Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil”, *Temáticas*, v. 22, n. 43 (2014), pp. 73-102.

- 9 Muryatan S. Barbosa, “Guerreiro Ramos: o personalismo negro”, *Tempo social*, v. 18, n. 2 (2006), pp. 217-228, [doi](#).

p. 285). Nisso é perceptível como o *niger sum* se tornará um elemento decisivo do nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos, como “algo ontológico” (“Nacionalismo e xenofobia”, de 1956, p. 259).

Assim como a entrada de Guerreiro no TEN exerceu influência decisiva sobre sua produção intelectual, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1950, outras experiências parecem reorientar a sua reflexão sobre o “problema do negro no Brasil”, inserindo-o em um enquadramento interpretativo mais amplo. “O problema do negro na sociologia brasileira” (1954) parece representar, em certa medida, um momento de transição nesse sentido – a começar pelo veículo no qual ele é publicado originalmente, a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, vinculada ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), liderado por Hélio Jaguaribe, que representaria o nascedouro de uma ideologia nacionalista na intelectualidade carioca.¹⁰ Nesse texto, Ramos afirma que:

os nossos grandes problemas
“antropológicos” – o do índio e

- 10 Cristina Buarque de Hollanda, “Os cadernos do nosso tempo e o interesse nacional”, *Dados*, v. 55, n. 3 (2012), pp. 607-640, [doi](#).

o do negro – são aspectos particulares do problema nacional de caráter eminentemente econômico e político. [...] em um país como o Brasil o trabalho antropológico terá sempre um sentido dispersivo se não se articular com o processo de desenvolvimento econômico. Na fase em que se encontra, o mero aspecto antropológico dos seus problemas é acentuadamente subsidiário. Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura econômica automaticamente solucionará tais problemas (p. 141).

Aqui a questão étnico-racial parece ganhar contornos específicos no interior de uma preocupação maior, voltada ao desenvolvimento econômico da nação, pensado nos moldes capitalistas, sendo progressivamente superada – ao menos em sua condição de “problema” – à medida que a população negra fosse gradativamente incorporada às posições de classe, em conformidade com a indagação sociológica predominante naquele período, que procurava equacionar raça, classe e desenvolvimento em um contexto de mudança social.¹¹

11 Nesse mesmo texto, o autor atesta: “observe-se que, em nossos dias, graças ao desenvolvimento econômico e social do

Tal enquadramento não implica uma acentuada descontinuidade com as formulações anteriores, na medida em que a principal ênfase de Guerreiro acerca do “problema do negro” nos textos do início dos anos 1950 parecia recair sobre suas dimensões psicológica e sociocultural – manifesta na importância de recuperar a auto-estima do negro e de “reeducá-lo”, por meio da elevação de seu nível cultural e intelectual, de modo a assegurar um mínimo de dignidade e competitividade em sua integração à sociedade nacional. É essa preocupação que orienta as atuações do TEN, como as propostas de grupoterapia, psicodrama e sociodrama, defendidas e fundamentadas teoricamente por Guerreiro. De modo semelhante, a crítica ao caráter “estático” dos estudos sobre o negro no Brasil e a importância de se abordar o seu elemento “dinâmico” parecem ter essa preocupação como pano de fundo.

Mesmo o balanço crítico que faz dos estudos sobre relações raciais no Brasil é menos orientado pela forma como as diversas correntes do

país, elementos de cor se encontram de alto a baixo, em todas as camadas sociais, e só em algumas instituições nacionais vigoram ainda fortes restrições para o seu acesso a determinadas esferas” (p. 172).

pensamento social e político brasileiro abordam o problema do negro do que pelo modo como os intérpretes se apropriam de teorias e conceitos construídos em outros contextos intelectuais em suas análises dos problemas nacionais. A discussão sobre o “problema do negro” é retomada aqui como meio de defender a construção de uma ciência nacional, atenta às especificidades do país, e capaz de promover sua autodeterminação. Assim, nesse artigo, Ramos avança na proposta de uma perspectiva crítico-assimilativa para a sociologia brasileira, voltada ao emprego metódico de conceitos estrangeiros – como as noções de raça e de aculturação –, que permite depurar sua gênese e conteúdos ideológicos e cuja fundamentação teórico-metodológica será desenvolvida posteriormente em *A redução sociológica*.¹²

Aliás, é também neste artigo que o nosso autor lança a máxima “negro é povo no Brasil” (p. 182), focalizando não tanto o discurso da negritude, mas a afirmação da igualdade do negro

12 Ana Rodrigues Cavalcanti Alves e Lucas Amaral de Oliveira, “Redimensionando Guerreiro Ramos: um exercício de releitura da sociologia brasileira” in Ana R. C. Alves et al (orgs.), *Estabelecidos e Outsiders do Pensamento Social Brasileiro*, 1 ed. (São Paulo: Pimenta Cultural, 2024), pp. 197-224.

perante os demais elementos formativos da população brasileira. É desse modo que Guerreiro não somente rejeita os processos de “exotização” e “folclorização” do negro, presentes em certa vertente do pensamento social brasileiro, como também adentra as disputas acerca da identidade nacional vigentes no campo intelectual. Segundo ele, o que reúne autores tão díspares como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres em torno de uma “atitude crítico-assimilativa” é o seu esforço em formular uma “teoria do tipo étnico brasileiro”, focalizando o negro como parte da comunidade nacional, ao invés de considerá-lo como estranho à mesma (p. 142).

Em texto de 1958, animado por um contexto marcado pelo esforço de construção de uma identidade geopolítica entre os países do “Terceiro Mundo”, Ramos elogia as “Conferências de Bandung (1955), do Cairo (1957) e de Acra e Tânger (1958)” por sinalizarem, entre os povos de África, um “aspirar à história” a “legítima pretensão de realizar na sua plenitude a categoria de pessoa coletiva” (p. 285), de “repensar a cultura universal na perspectiva da autoafirmação dos seus respectivos povos” (p. 286). Eis um

projeto, no sentido existencial, que Ramos já pensava para o Brasil, junto a Abdias e ao TEN, havia alguns anos.

Escreve o pensador baiano em 1955: “A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor por excelência” (p. 172). Para Ramos, cada cultura cria as suas próprias concepções e ideais estéticos, do belo e do feio, do atrativo e do repulsivo, isso define, para ele, normalidade. Em contraste, o “processo de europeização” (p. 175), baseado na “superioridade prática e material da cultura ocidental face às culturas não europeias” (p. 175-6) produziu uma “patologia cultural” definida pela generalização de um “padrão estético exógeno” (p. 176), branco e europeu, o que se atesta no “negro europeizado”, que tende “a negar-se como negro” e no “desejo de ser branco” (p. 176). O Brasil, como sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coletiva acima descrita” (p. 177).

Se a brancura como ideal é uma patologia cultural nacional, a afirmação estética e visual da negritude, dos corpos negros – antes mesmo de qualquer mediação

ideal ou reflexiva –, e a criação de padrões estético-culturais próprios a esse povo, a uma nação que mereça esse nome, é indicada como uma terapêutica coletiva necessária.¹³ *Niger sum*, assim, vincula-se estreitamente a um processo de afirmação nacional. Diferente de um exotismo pitoresco, a questão racial deve ser pensada como questão nacional.

Para além do (auto)reconhecimento individual e nacional, *niger sum* é, por fim, retomemos a passagem já citada: “toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil” (p. 181). Mais precisamente, escreve Ramos na mesma página, a “experiência do *niger sum*” deve ser tomada como “um procedimento de alta rentabilidade científica, pois introduz o investigador em perspectiva que o habilita a ver

13 Em texto de 1950, “Narcisismo branco do negro brasileiro”, que já antecipa vários elementos do texto de 1955, Ramos escreve: “Os problemas psicológicos do negro brasileiro são, portanto, culturalmente condicionados. A própria organização social do Brasil engendra uma patologia. É essa organização mesma que é neurótica” (p. 95). A passagem revela como a antologia permite rastrear, passo a passo, as formulações de Ramos mais conhecidas, assim como enseja um cotejo mais sistemático das perspectivas de Ramos e González, *Por um feminismo afro-latino-americano*.

nuanças que, de outro modo, passariam despercebidas” (p. 181). A formulação imediatamente enseja uma leitura em paralelo com a constelação do que se convencionou chamar, mais recentemente, de teorias do ponto de vista (*standpoint theories*), seja nos aportes feministas¹⁴ seja nos aportes subalternistas, decoloniais e pós-coloniais.¹⁵

Assim como o ponto de vista do proletariado permitiu a Marx realizar uma crítica da economia política,¹⁶ a

experiência do *niger sum* é, no caso de Ramos, a “situação vital” (p. 181) que condiciona a crítica ao “problema do negro” e a emergência de uma efetiva sociologia brasileira da questão étnico-racial. Se o estilo de Ramos é, como se sabe, decantado de modéstia (falsa ou não), na verdadeira arqueologia que faz do “problema do negro” e dos autores e obras que revelam potencial para a sua crítica, o intelectual baiano mostra-se um dileto construtor daquilo que, no campo do Pensamento Social no Brasil, tem sido chamado de “linhagens” ou “sequências”.¹⁷ Evidentemente, o ensaio “O problema do negro na sociologia brasileira” é o mais destacado nesse exercício, mas no curso dos textos compilados é possível pensar de modo mais alongado e completo o que Ramos chama de “correntes fundamentais” (p. 142).¹⁸

De um lado, temos o vínculo entre a “sociologia consular” e o “problema do negro”, mais precisamente, a

14 Elsa Dorlin, *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*, São Paulo: Ubu Editora; São Paulo: Crocodilo, 2021.

15 Para pensar mediações entre Guerreiro Ramos e os debates pós-coloniais, ver: Lucas Amaral de Oliveira e Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, “Relendo a teoria sociológica brasileira à luz da crítica pós-colonial”, *Sociedade e Estado*, v. 38, n. 1 (2023), pp. 243-274, 2023, [doi](#).

16 Aproveito o ensejo para sinalizar como em alguns dos textos compilados aparecem vislumbres de um diálogo, nunca sistematizado, de Ramos com a obra de Marx e os marxismos. Em “Semana do negro de 1955” elucubra-se sobre a localização do problema do negro “no nível da superestrutura de nossa sociedade” (p. 213). Outro diálogo direto com o marxismo se dá no texto “O pluralismo dialético”, também de 1955, no qual as relações de raça são pensadas em termos de “ambiguidade dialética” (p. 257), seguindo as diferenciações do pluralismo dialético de Georges Gurvitch. Em “Nacionalismo e xenofobia”, de 1956, Ramos disserta sobre as “transformações de superestrutura em nosso país” e sobre o “fundamento econômico” (p. 260) do nacionalismo. Em “A consciência crítica da realidade nacional”, de 1958, é taxativo: “O imperativo do desenvolvimento suscitou a consciência crítica” (282).

17 Gildo Marçal Brandão, *Linhagens do pensamento político brasileiro*, São Paulo: Hucitec Editora, 2010.

André Botelho, *O retorno da sociedade: Política e interpretações do Brasil*, Petrópolis: Vozes, 2019.

18 Formulações anteriores do argumento de Ramos podem ser encontradas em “Os estudos sobre o negro brasileiro” (1950) e “Uma redefinição do problema do negro” (1953).

unidade de pensamento que, mimetizando a sociologia e antropologia europeia e norte-americana, trata o negro como “problema”, ou seja, como algo que “não se coaduna com um ideal, um valor ou uma norma”, como algo que é avaliado como “anormal” (p. 171), pitoresco e exógeno à questão nacional. Como se o negro fosse um estrangeiro em sua própria terra que deve, assim, ser ora eliminado ou decantado (eugenia), ora integrado a uma suposta cultura superior branca e europeia (aculturação), ora exotizado.

No texto citado, Ramos tende a incluir todos os envolvidos no Projeto Unesco como pertencentes à corrente do “problema do negro”: “tradição dos antigos relatórios para o Reino..., ainda que, hoje, o Reino se metamorfoseie na Unesco, sediada em Paris” (p. 179). Em texto anterior, “A Unesco e o negro carioca”, de 1953, a crítica é mais nuançada. Enquanto Luiz de Aguiar Costa Pinto, responsável pelo projeto Unesco no Rio de Janeiro, é pintado como “um anônimo nessa espécie de estudos”, sem “qualificações técnicas e morais”, “um plagiário” (p. 114);¹⁹ sobre o projeto Unesco em

São Paulo e na Bahia é dito o seguinte: “os professores Roger Bastide e Florestan Fernandes conduzem-se de modo inverso [às ações de Costa Pinto]: associam-se com os líderes do movimento negro e suas respectivas sociedades. Orientação análoga pauta a pesquisa da Bahia, a cargo do professor Thales de Azevedo” (p. 114).

Do outro lado, há, de maneira mais tensa e heterogênea, o vínculo entre uma corrente propositiva de uma sociologia nacional a outra com o “propósito antes de *transformar* a condição humana do negro na sociedade brasileira do que de descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor” (p. 143, grifo do autor). Na união dessas duas correntes, particularmente úteis para a empresa de Ramos, encontramos insurgências, pessoas e instituições.

“Sociologia clínica de um baiano ‘claro’” e “O negro, a Unesco e o carreirismo” – animados pela publicação no mesmo ano de *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*, de Costa Pinto. Menções, explícitas ou implícitas, mas sempre sarcásticas, a Costa Pinto também aparecem em “Uma redefinição do problema do negro”, de 1953, ver p. 135. Para uma reconstrução da contenda, considerando os dois lados, ver: Maio, “Uma polêmica esquecida”; Maio, “Guerreiro Ramos interpela a Unesco”.

Como precursores de uma sociologia nacional: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana. Como antecedentes, sobretudo práticos, de um outro olhar para as relações raciais no Brasil: Chico Rei, a Revolta dos Malês, a República dos Palmares, o Movimento Abolicionista, Luiz Gama, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Álvaro Bomilcar, Oscar Freire, Oracy Nogueira, o TEN e Abdias Nascimento, as Convenções Nacionais do Negro (de 1945 e 1946), a Conferência Nacional do Negro (de 1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (de 1950).

Se Ramos considera explicitamente as ambiguidades e limites de autores como Romero, da Cunha, Torres e Viana, eles são incluídos nessa grande família, como já assinamos, por serem fomentadores de uma “atitude crítico-assimilativa” (p. 142 e 148) em relação a ideias estrangeiras e por integrarem a “corrente autonomista do nosso pensamento sociológico” (p. 160), que mesmo “errando ao focalizar o tema – raça –, soube vencer a tentação de tratar o negro no Brasil como elemento exótico e petrificado” (p. 160). Reiteramos essa observação para notar o quão Ramos

associa a um mesmo movimento a superação do “problema do negro” e a constituição de uma sociologia nacional autônoma. Se tomarmos conjuntamente os seus textos mais conhecidos (“O problema...” e “Patologia”), o enquadramento do negro como problema é produto “de uma visão alienada ou consular do Brasil, de uma visão desde fora do país” (p. 179), e expressão da patologia social do “branco” brasileiro (p. 251). “Branco” sempre entre aspas por tratar-se de qualquer brasileiro que se considere “branco” ou se oriente por um ideal heterônomo e colonial de brancura.

A crítica e superação do “problema do negro” é a margem para o desenvolvimento de uma “sociologia funcional e científica do negro, inteiramente por fazer até agora...” (p. 178), que se oriente por um “esforço de criação metodológica e conceitual”, capaz de contestar a “simetria entre as produções dos autores nacionais e as dos estrangeiros” (p. 180), marcante da produção intelectual consular. Esse exercício desponta na antologia como a grande questão a ser enfrentada por Guerreiro Ramos no debate sobre relações raciais e permite focalizar o processo de construção

do seu pensamento, marcado por continuidades e descontinuidades. Desde o primeiro texto, “O negro no Brasil e um exame de consciência” (1949), o sociólogo baiano reflete sobre as múltiplas dimensões do “problema” (psicológica, sociocultural e estrutural), propondo estratégias de enfrentamento a serem encampadas pelo Instituto Nacional do Negro – centro de estudos e pesquisas do TEN, do qual se tornou diretor.

O início dessa empreitada, como já vimos, “parte da afirmação – *niger sum*” (p. 181). Como desdobra em outro texto de 1954: “O negro, na versão de seus ‘amigos profissionais’ e dos que, mesmo de boa-fé, o veem de fora, é uma coisa. Outra é o negro desde dentro” (p. 205). Contraste que ganhará as fórmulas definitivas inscritas em “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”: o “tema do negro” e a “vida do negro”, o “negro-tema” e o “negro-vida” (p. 225).

Numa clara sinalização do que depois, em 1958, alcunhará de “redução sociológica”²⁰ o intelectual

20 “A *redução sociológica*, publicada em 1958, estava implícita em todos os meus estudos anteriores a essa data. Basta examiná-los para se ter disso irretorquível demonstração” em Alberto Guerreiro Ramos, *A redução sociológica: introdução*

baiano afirma, quatro anos antes (“O negro desde dentro”), que uma sociologia científica do negro brasileiro precisa realizar “um ato de suspensão da brancura e com esse procedimento fenomenológico nos habilitaremos a alcançar a sua precariedade e, daí, a perceber a profunda alienação estética do homem de cor em sociedades europeizadas como a nossa” (p. 197). Atos simultâneos: “para obter certa correção do nosso aparelho ótico, poderíamos dizer que das trevas da brancura só nos libertaremos à luz da negrura” (p. 197).

O *niger sum*, novamente, como ato inaugural de uma ciência e, efetivamente, de uma agenda de pesquisa fundamental até os nossos dias: 1) pensar a questão racial como intrinsecamente atrelada à questão nacional;²¹ 2) empreender o estudo sociológico do branco ou da

ao estudo da razão sociológica, São Paulo: Ubu Editora, 2024, p. 19.

21 A despeito das controvérsias, agenda que tem um desdobramento profundo na obra de Florestan Fernandes, especialmente em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de 1964, em que pensar o negro no processo de transição da ordem estamental para a ordem competitiva é idêntico a pensar os impasses da efetiva emergência do povo na formação social brasileira, em que pensar a questão racial no Brasil aparece como um marco analítico privilegiado para pensar nossos dilemas nacionais.

brancura, hoje pensada em termos de “branquitude”,²² retirando do branco o privilégio típico dos dominantes, o de ver sem ser visto. É o avanço dessa agenda que permite a Ramos afirmar, em 1956 (“Nacionalismo e xenofobia”), que, naquele momento, começávamos “a poder exportar ideias sociológicas” e que, “em alguns aspectos, a sociologia anglo-americana está atrasada em relação à brasileira” (p. 261), em especial nos “estudos sociológicos sobre relações de raça” e no desenvolvimento de “uma teoria sociológica de análise macroscópica global” (p. 262).

Além do interesse para estudiosos e críticos da obra de Guerreiro Ramos, *Negro sou* é uma publicação que permite pensar, através do trabalho do intelectual baiano, o quão a reflexão e pesquisa sobre a questão étnico-racial no Brasil não se restringe a um subcampo ou nicho especializado das ciências sociais, mas deve ser concebida como um campo de problematização central para a abordagem dos nossos dilemas enquanto formação social e, igualmente, como uma contribuição decisiva das ciências sociais brasileiras para os debates teóricos globais.

Lucas Trindade  

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves



Universidade Federal da Bahia

doi: 10.9771/aa.v0i71.70528

22 Cida Bento, *Pacto da branquitude*, São Paulo: Companhia das Letras, 2022.